



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **NUTRIÇÃO**

Coordenador de Área: Gilberto Kac (UFRJ)

Coordenadora-Adjunta de Área: Egle Machado de Almeida Siqueira (UnB)

Coordenadora-Adjunta de Mestrado Profissional: Sandra Maria Chaves dos Santos (UFBA)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Atualmente existem 22 Programas de pós-graduação em funcionamento. Destes, 10 Programas são exclusivamente de mestrados acadêmicos (45,5%); 3 Programas são de mestrados profissionais (13,6%) e 9 Programas são de mestrados e doutorados acadêmicos (40,9%), totalizando 32 cursos.

A Nutrição é um campo científico no qual são produzidos saberes e conhecimentos com especificidades relativas à Nutrição Clínica, Nutrição Básica e Experimental, Ciência e Tecnologia de Alimentos Aplicadas à Saúde, Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva e Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição.

Até 2011, os Programas da área de Nutrição estavam alocados na área de Medicina II, na qual funcionavam como uma área básica. Em junho de 2011, a área de Nutrição foi oficialmente criada com 18 Programas que migraram da Medicina II. Assim, uma coordenação *pró-tempore* foi então instituída para auxiliar na estruturação da nova área na CAPES. Em setembro de 2012, os trabalhos da coordenação *pró-tempore* se encerraram e uma coordenação permanente foi indicada.

A distribuição atual de notas relativas à última avaliação trienal (2007-2009) dos Programas pertencentes à nova área de Nutrição, ou no momento do credenciamento para os Programas novos consiste em: 14 Programas nota 3 (63,6%); 5 Programas nota 4 (22,7%) e 3 Programas nota 5 (13,7%). A área ainda não contempla Programas com nota 6 ou 7. Cabe destacar que essas notas foram atribuídas aos Programas quando os mesmos ainda eram avaliados dentro da Medicina II. De maneira geral, os Programas de pós-graduação da área de Nutrição apresentaram uma significativa evolução tanto no que se refere à produção intelectual, quanto à inserção nacional e internacional de suas atividades. O crescimento da área tem sido contínuo e muito promissor.

A distribuição regional dos Programas é a seguinte: 6 Programas estão em funcionamento na região Nordeste (27,2%); 3 Programas na região Centro-Oeste (13,7%); 9 Programas na região Sudeste (40,9%) e 4 Programas na região Sul (18,2%). A área ainda não possuiu Programas na região Norte do país.

A área no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)

A área apresenta perspectiva de grande crescimento dentro do período estabelecido pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011-2020) considerando que há espaço para tal. Espera-se dobrar o número de cursos de doutorados no período.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Em alguns casos, será necessário implementar estratégias que viabilizem a colaboração entre Programas já consolidados e Programas a serem criados ou em vias de consolidação, visando o fortalecimento da área dentro das diretrizes gerais da CAPES. Este é o caso especialmente na região Norte do País, na qual não existem Programas. A coordenação de avaliação da área tem consciência da necessidade de contribuir para a implantação de cursos e Programas em regiões com importância estratégica; porém, esta intenção deve sempre estar atrelada à aderência de um patamar mínimo de qualidade.

O desenvolvimento e a excelência da pós-graduação em Nutrição devem ocorrer, nos próximos anos, em direções complementares. Nesse sentido, destacam-se as seguintes metas:

- a. Expansão numérica e qualificada, com a contínua desconcentração geográfica dos Programas, de forma que seja criado pelo menos um curso de pós-graduação em Nutrição na região Norte e aumentar o número de cursos em regiões com número reduzido, como nas regiões Sul e Centro-Oeste;
- b. Buscar a ampliação da solidariedade intra e inter-regional dos Programas existentes com objetivo de diminuir as assimetrias e contribuir com o desenvolvimento regional por meio de Programas interinstitucionais, em rede, ou associação ampla;
- c. Expansão da cooperação com países mais desenvolvidos cientificamente, visando o compartilhamento de experiências e o aperfeiçoamento das competências técnico-científicas, bem como implantação da cooperação solidária com países da América Latina, Caribe e África, visando o compartilhamento das experiências técnico-científicas na área de Alimentação e Nutrição.

INTERDISCIPLINARIDADE

Alimentação e Nutrição é um campo de produção de conhecimentos e saberes e de formação de cientistas no qual diferentes disciplinas e vertentes teórico-metodológicas se articulam em tensões e consensos. Considera-se, portanto, que propostas de Programas de pós-graduação organizadas em torno dos objetos “*nutrientes, alimentos e comida com foco no processo saúde-doença-cuidado*” deverão ser acolhidas neste espaço institucional. Dentro da perspectiva da interdisciplinaridade, poderão ser aceitos na área de *Nutrição* Programas ordenados em torno dos seguintes núcleos de saberes: *Nutrição Clínica* (presença de disciplinas e conteúdos voltados para a terapêutica do conjunto das patologias no âmbito individual), *Nutrição Básica e Experimental* (contando com disciplinas e conteúdos voltados a estudos com seres humanos e animais como bioquímica, fisiologia, genética, entre outras), *Ciência e Tecnologia de Alimentos Aplicadas à Saúde* (disciplinas e conteúdos do âmbito da composição química e desenvolvimento de alimentos), *Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva* (disciplinas e conteúdos como epidemiologia, políticas, planejamento e gestão em saúde, entre outras) e *Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição* (disciplinas e conteúdos como sociologia, antropologia, epistemologia, alimentação de coletividades, entre outras).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A área de Nutrição irá considerar positivamente aqueles Programas que apresentarem inserção no ensino básico. Essa inserção poderá ser observada sob diversas modalidades, entre as quais algumas são destacadas: (i) organização ou participação em atividades do tipo universidade de portas abertas, feira de ciências, oficinas e visitas a laboratórios; (ii) Programas de orientação de alunos de iniciação científica Junior, incentivando o contato dos alunos da educação básica com laboratórios e alunos de pós-graduação; (iii) atividades educativas ou de extensão em escolas do ensino médio com ênfase na alimentação saudável; (iv) oferecimento de cursos sobre ciência para alunos do ensino médio; (v) desenvolvimento de material didático e (vi) atuação em escolas rurais e agricultura familiar.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

PROPOSTA DO CURSO

A área de Nutrição estabelece que, para a aprovação de cursos novos de mestrado acadêmico, as propostas devem preencher os seguintes requisitos:

- a. O corpo docente previsto deve demonstrar produção científica anterior na(s) linha(s) de pesquisa proposta(s);
- b. O corpo docente deve ter formação em tema relacionado à área da Nutrição (Nutrição Clínica, Nutrição Básica e Experimental, Ciência e Tecnologia de Alimentos Aplicadas à Saúde, Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva e Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição) em clara sintonia com as linhas de pesquisa apresentadas na Proposta do Curso. A formação de origem do docente pode ter certo distanciamento da área em que o docente atua no momento, desde que seja demonstrado que o mesmo buscou aprofundamento na área de Nutrição;
- c. O programa deve ter número mínimo de 10 docentes permanentes;
- d. A proposta do programa deve refletir claramente a compreensão dos docentes acerca das finalidades da pós-graduação senso estrito, havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pesquisa.

Os requisitos para aprovação de cursos novos de mestrado deverão ser suficientes, no mínimo, para a nota 3 (qualificação regular).

Os tópicos básicos para a avaliação de uma proposta de curso novo são:

- I) Apoio institucional e condições oferecidas pela IES para a realização do curso



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O apoio institucional se materializa em:

- a. atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional;
- b. condições concretas de contratação do corpo docente em número e formação adequados;
- c. provimento da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades previstas (disciplinas e, sobretudo, projetos de pesquisa).

II) Proposta do Programa

A proposta deve demonstrar, de forma clara e convincente:

- a. que o grupo proponente já vem trabalhando previamente na instituição, de forma articulada, em grupos de pesquisa;
- b. qual(is) é (são) seu(s) objetivo(s) e as justificativa(s) para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere;
- c. a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento;
- d. o perfil do profissional a ser formado;
- e. o número de orientadores e o número de vagas oferecidas a cada ano;
- f. a estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas, a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.) e o número mínimo de créditos que devem ser obtidos em disciplinas;
- g. sua adequação para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação lato sensu;
- h. que proporciona sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa, bem como, as ferramentas de escrita científica (artigos e projetos).

O regimento do programa deve ser anexado a proposta, explicitando os critérios gerais de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas oferecidas e os critérios de avaliação.

CORPO DOCENTE

Deve ser evidenciado que o corpo docente já vem trabalhando na Instituição há pelo menos 1 ano em linha(s) de pesquisa produtiva(s) e com publicações relevantes delas geradas. O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de doutores e ter produção intelectual pertinente à área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso deve contar com, no mínimo, 10 docentes permanentes, sendo que pelo menos 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral. O docente poderá participar como permanente em no máximo 2



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

programas de pós-graduação, da mesma ou de outra Instituição, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. É permitida a participação de docentes de outras Instituições, mas não deve caracterizar dependência externa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica.

Os docentes devem, preferencialmente, demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação (trabalho de conclusão de curso, iniciação científica) ou especialização.

ATIVIDADE DE PESQUISA

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que tenham potencial para a criação de novas linhas de pesquisa. A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa. O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa.

Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a 3 por docente permanente e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa. É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa. A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso, mas o atendimento da produção mínima não garante a aprovação, que depende também da comparação com a produção dos cursos já recomendados. Assim, somente os cursos que preencherem, simultaneamente, os critérios quantitativo e qualitativo poderão ser recomendados.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

A Instituição deverá apresentar ambientes físicos, equipamentos e laboratórios adequados para o desenvolvimento das disciplinas e para a realização dos trabalhos de investigação propostos. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Também deverá possuir salas para os docentes receberem seus alunos, com o intuito de orientação e discussão do andamento da pesquisa, além de salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso online a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros (impressos ou eletrônicos).

OUTRAS

Apoio institucional e condições oferecidas pela IES para a realização do curso: o apoio institucional se



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada.

Para desenvolver um bom programa de pós-graduação, o grupo docente precisa ter produção científica anterior a implantação do programa. Para desenvolver um programa de formação em Nutrição é imprescindível que os docentes tenham formação na área ou produção na área, não bastando, portanto, agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde para compor o corpo docente.

DOUTORADO

PROPOSTA DO CURSO

A área de Nutrição estabelece que, para a aprovação de cursos novos, as propostas devem preencher os seguintes requisitos:

- a. O corpo docente previsto deve demonstrar produção científica anterior na(s) linha(s) de pesquisa proposta(s);
- b. O corpo docente deve ter formação em tema relacionado à área da Nutrição (Clínica, Experimental, Ciência de Alimentos, Saúde Coletiva aplicada a Nutrição e Ciências Humanas e Sociais em Alimentação) em clara sintonia com as linhas de pesquisa apresentadas na Proposta do Curso. A formação de origem do docente pode ter certo distanciamento da área em que o docente atua no momento, desde que seja demonstrado que o mesmo atue na área de Nutrição;
- c. O programa deve ter número mínimo 10 docentes permanentes;
- d. A proposta do programa deve refletir claramente a compreensão dos docentes acerca das finalidades da pós-graduação senso estrito, havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pesquisa.

Os requisitos para aprovação de cursos novos de doutorado deverão ser suficientes, no mínimo, para a nota 4 (qualificação bom).

Os tópicos básicos para a avaliação de uma proposta de curso novo são:

D) Apoio institucional e condições oferecidas pela IES para a realização do curso

O apoio institucional se materializa em:

- a. atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional;
- b. condições concretas de contratação do corpo docente em número e formação adequados;
- c. provimento da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades previstas (disciplinas e, sobretudo, projetos de pesquisa).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II) Proposta do Programa

A proposta deve demonstrar, de forma clara e convincente:

- a. que o grupo proponente já vem trabalhando previamente na instituição, de forma articulada, em grupos de pesquisa;
- b. qual(is) é (são) seu(s) objetivo(s) e as justificativa(s) para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere;
- c. a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento;
- d. o perfil do profissional a ser formado;
- e. o número de orientadores e o número de vagas oferecidas a cada ano;
- f. a estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas, a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias etc.) e o número mínimo de créditos que devem ser obtidos em disciplinas;
- g. sua adequação para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa;
- h. que proporciona sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa, bem como, as ferramentas de escrita científica (artigos e projetos).

O regimento do programa deve ser anexado à proposta, explicitando os critérios de credenciamento de docentes, o processo e a periodicidade de seleção de alunos, o número de vagas oferecidas e os critérios de avaliação.

CORPO DOCENTE

Deve ser evidenciado que o corpo docente já vem trabalhando na Instituição há pelo menos 1 ano em linha(s) de pesquisa produtiva(s) e com publicações relevantes delas geradas. O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de doutores e ter produção intelectual pertinente à área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade. O Curso deve contar com, no mínimo, 10 docentes permanentes, sendo que pelo menos 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral. O docente poderá participar como permanente em no máximo 2 programas de pós-graduação, da mesma ou de outra Instituição, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. A participação de docentes de outras Instituições não deve caracterizar dependência externa, nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica.

Os docentes devem, preferencialmente, demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação (trabalho de conclusão de curso, iniciação científica) ou especialização e mestrado.

ATIVIDADE DE PESQUISA

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que tenham potencial para a



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

criação de novas linhas de pesquisa. A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa. Recomenda-se que o número de linhas de pesquisa não exceda a 3 por docente permanente e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa e no caso de mestrado já existente, a presença de alunos de mestrado. É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa. A produção intelectual é considerada requisito essencial para a recomendação do curso, mas o atendimento da produção mínima não garante a aprovação, que depende também da comparação com a produção dos cursos já recomendados. Assim, somente os cursos que preencherem simultaneamente os critérios quantitativo e qualitativo poderão ser recomendados.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

A Instituição deverá apresentar laboratórios adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso online a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros (impressos ou eletrônicos).

OUTRAS

A IES deve oferecer apoio institucional e condições para a realização do curso. O apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada.

Para desenvolver um bom programa de pós-graduação, o grupo docente precisa ter produção científica anterior. Além disso, alguns docentes do núcleo permanente devem apresentar experiência prévia de orientação em programas de pós-graduação "stricto sensu".

Para desenvolver um programa de formação em Nutrição é imprescindível que os docentes tenham



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

formação na área ou produção na área, não bastando, portanto, agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde para compor o corpo docente.

MESTRADO PROFISSIONAL

PROPOSTA DO CURSO

A proposta deve evidenciar de forma clara que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa (GP), previamente à apresentação da proposta. A proposta deve apresentar claramente qual (is) é (são) seu(s) objetivo(s) e a justificativa(s) para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere. A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração (AC) e desta(s) com as linhas de pesquisa (LP) e projetos em desenvolvimento. Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levado em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES.

Na proposta, deve ser claramente especificado o perfil do profissional a ser formado, o número de orientadores e o número de vagas oferecidas. Faz parte da proposta do programa a explicitação da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias), além do número mínimo de créditos que devem ser obtidos por meio das disciplinas. A estrutura curricular deve ser adequada para o desenvolvimento das linhas e projetos de pesquisa, sem redundância com a formação lato sensu. A proposta do programa deve refletir claramente a compreensão dos docentes, acerca das finalidades da pós-graduação senso estrito havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pesquisa. A estrutura curricular deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa no campo, bem como, ferramentas de escrita científica.

Acompanhando a proposta, deve-se anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando os critérios gerais de credenciamento dos docentes; processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas e critérios de avaliação.

Um aspecto central na avaliação da proposta será a análise da relevância local, regional ou temática. O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado por meio de documentação das instâncias de deliberação pertinentes. No caso específico do MP é recomendável que o curso possua clara fonte de financiamento materializada em contratos ou convênios entre a instituição promotora do PPG e instituições do setor de saúde interessadas na formação de seus profissionais ou no financiamento da formação de futuros profissionais. As propostas de MP devem seguir a Portaria Normativa MEC nº 17 de 29 de dezembro de 2009 e demais normas da CAPES envolvendo esta modalidade.

CORPO DOCENTE

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dezembro de 2009). Deve ser evidenciado que o CD já vem trabalhando junto há pelo menos 1 ano, com linhas de pesquisa consolidadas.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes (DP), sendo que pelo menos 60% tenham vínculo com a instituição em tempo integral ou parcial. O docente poderá participar como permanente em no máximo 2 programas de pós-graduação da mesma ou de outra Instituição, desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação ou especialização em atividades de iniciação científica ou trabalhos de conclusão de cursos.

ATIVIDADE DE PESQUISA

As linhas e projetos de pesquisa (PP) devem estar vinculados à proposta do programa, nas diversas áreas da Nutrição, como: Nutrição Clínica, Nutrição Básica e Experimental, Ciência e Tecnologia de Alimentos Aplicadas à Saúde, Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva e Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou potencial para a criação de novas linhas de pesquisa. A produção intelectual deve guardar estreita relação com as linhas e PP.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa. Recomenda-se que o número de linha de pesquisa não exceda a 3 por docente permanente e que uma linha de pesquisa não dependa exclusivamente de apenas um docente permanente. É fundamental que os projetos de pesquisa estejam regularmente distribuídos entre os membros do corpo docente. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

PRODUÇÃO INTELECTUAL

A produção intelectual (científica, técnica e de inovação) deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área de concentração e/ou linha de pesquisa.

INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

A Instituição deverá apresentar laboratórios adequados para a realização ou consecução das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Também deverá possuir salas para que os docentes possam receber seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa, além de salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso online a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

OUTRAS

A IES deve oferecer apoio institucional e condições para a realização do curso. O apoio institucional deverá se materializar em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequada.

Para desenvolver um bom programa de pós-graduação, o grupo docente precisa ter produção científica anterior à abertura do programa. É imprescindível também que os docentes tenham formação na área ou produção na área, não bastando, portanto, agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde para compor o corpo docente.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

Os cursos acadêmicos serão avaliados com base nos cinco quesitos padronizados empregados para todas as áreas do conhecimento, dentro da flexibilização admitida pelo Conselho Técnico Científico (CTC). Os pesos atribuídos a cada quesito procuram refletir o estágio atual da área de Nutrição e sofreram alterações em relação ao empregado anteriormente na Medicina II.

A proposta do Programa é essencial para sua avaliação inicial e subsidia de forma importante as análises que resultam na recomendação ou não do mesmo. É fundamental que a proposta do Programa qualifique o mesmo e evidencie com clareza a área em que se encontra, devendo pertencer a uma das áreas ou campos de pesquisa da Nutrição, a saber: *Nutrição Clínica, Nutrição Básica e Experimental, Ciência e Tecnologia de Alimentos Aplicadas à Saúde, Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva e Ciências Humanas e Sociais em Alimentação e Nutrição*. A natureza interdisciplinar do campo será considerada.

A proposta do Programa deve representar as atividades do mesmo. Caso sejam efetuadas mudanças nas áreas de concentração e linhas de pesquisa ao longo do tempo, as mesmas deverão refletir a atualização do foco e da proposta do Programa.

O quesito **Corpo Docente** recebeu ponderação de 15%. Esse peso é menor do que algumas áreas, por considerarmos que, apesar da fundamental importância do corpo docente para o bom desempenho dos Programas de pós-graduação, muitos dos critérios usualmente empregados apresentam baixo poder discriminatório. Este é o caso do indicador percentual de bolsas de produtividade (BP) do CNPq ou equivalente conferidas aos docentes de um dado Programa. Embora a área de Nutrição utilize esse indicador, optou-se por valorizá-lo pouco, uma vez que na área de Nutrição não há uma correlação adequada entre proporção de BP e as notas do Programa na CAPES

O quesito **Corpo Docente, Teses e Dissertações** e o quesito **Produção Intelectual** também sofreram alterações em relação a forma como eram avaliados na Medicina II. Por considerar que tais quesitos constituem o núcleo central da avaliação uma vez que materializam o resultado do Programa relativo a novos pesquisadores



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

formados e titulados e da produção intelectual dos mesmos, associados à produção docente, a área valorizou a formação de pessoal, igualando os percentuais destes dois quesitos para 35%.

Por fim, considerando que o campo da Alimentação e Nutrição apresenta uma expressiva inserção social, destacando-se os Programas Brasil Sem Miséria, Brasil Carinhoso, Bolsa Família, de Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos, Agricultura Familiar e os Restaurantes Populares, a atenção nutricional nas políticas de Saúde da Família, Saúde na Escola e de Humanização Hospitalar, o percentual do quesito **Inserção Social** foi aumentado para 15%. Muitos Programas pertencentes à área de Nutrição apresentam pelo menos algum comprometimento com uma destas linhas de políticas públicas.

Os pesos dos quesitos para a ficha do mestrado profissional obedeceram o padrão adotado pelo CTC e estão assim distribuídos: Corpo Docente (20%), Corpo Discente e Trabalho de Conclusão (25%), Produção Intelectual (35%) e Inserção Social (20%).

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A área de Nutrição, por ter sido criada recentemente, só realizou um seminário de acompanhamento, no ano 2012. De maneira geral, os Programas dos três níveis apresentaram uma significativa evolução tanto no que refere à produção intelectual, quanto à inserção nacional e internacional de suas atividades. O crescimento da área têm sido contínuo. Pelo menos dois Programas nota 5 sinalizaram um perfil de Programa nota 6 e dois Programas nível 3, que apresentavam fragilidade nas avaliações anteriores dentro da área de Medicina II, sinalizaram melhoria principalmente quanto à produção intelectual. A desejada avaliação comparativa da produção intelectual não foi possível devido às inconsistências percebidas entre as apresentações e os dados originalmente apresentados pelos Programas.

Após as discussões sobre estratégias de consolidação da área, ficou acordado que a Classificação de livros é fundamental para a avaliação dos Programas, motivo pelo qual foi priorizado pela Coordenação de área atual e está descrito nesse documento. Considerando a especificidade e a corrente assimetria na distribuição geográfica dos Programas da área de Nutrição no país, ficou claro que em alguns casos, será necessário implementar estratégias que viabilizem a colaboração entre Programas já consolidados e Programas a serem criados ou consolidados, visando o fortalecimento da área dentro das diretrizes gerais da CAPES, em especial na região Norte do País, na qual não existem Programas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações gerais sobre o Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro de Classificação de Livros/Eventos/Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação.

QUALIS-PERIODICOS

1. Introdução

A produção intelectual dos Programas na área de Nutrição será avaliada por meio de artigos completos em periódicos científicos e de livros. Para o presente triênio não serão considerados eventos. Nesse documento são apresentados os critérios para a classificação do Qualis-Periódicos e Roteiro para Classificação de Livros que serão únicos para o triênio.

2. Definição de periódico

Serão considerados periódicos apenas os produtos com ISSN que possuam corpo editorial qualificado e apresentem conteúdo composto exclusivamente por artigos científicos.

3. Princípios da classificação

A classificação está apoiada em dois princípios gerais, o impacto e a circulação das publicações.

A área de Nutrição adotou o fator de impacto (FI) medido pela base do *Journal Citation Reports* (JCR) e também o fator H, indicador da base *SCIMAGO Journal rank* (SJR), ambos ano base 2011.

Os periódicos foram classificados em três grupos discriminados segundo o grau de aderência do periódico à área de nutrição:

- a. Periódicos com grande aderência à área de Nutrição;
- b. Periódicos com aderência às áreas afins à Nutrição (definidas na primeira seção do documento de área);
e
- c. Periódicos sem aderência à área de Nutrição.

Os periódicos com grande aderência à área de Nutrição foram classificados pelo maior indicador; FI ou fator H. Os periódicos com aderência às áreas afins à Nutrição foram classificados pelo menor indicador (FI ou fator H) e os periódicos sem aderência à área da Nutrição foram classificados em um estrato inferior do Qualis-Periódicos.

Assim, um periódico pertencente à área de Nutrição e cujo FI o tenha classificado como A1 e o fator H



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

como A2, foi classificado como A1. Já um periódico considerado como área afim e que tenha os mesmos indicadores foi classificado como A2. No exemplo acima, o periódico fora da área de Nutrição foi classificado como B1.

Para o periódico pertencente à área de Nutrição ou a áreas afins, e no caso em que o FI e o fator H o tenham classificado simultaneamente no mesmo estrato Qualis-Periódicos, a comissão não alterou o estrato do periódico. No caso de periódicos fora da área da Nutrição, no exemplo acima, a comissão alterou o estrato para um nível Qualis inferior.

A classificação dos periódicos em cada um dos estratos Qualis (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C) foi baseada nos princípios estabelecidos pela CAPES e comuns a todas as áreas. Esses princípios centrais consistem em:

- a. O número de periódicos classificados no estrato A1 deve ser inferior ao do estrato A2;
- b. A soma dos periódicos classificados nos estratos A1+A2 deve corresponder a, no máximo, 25% dos periódicos em que a área publicou artigos nos dois últimos triênios (2007-2009 e 2010-2012);
- c. A soma dos periódicos classificados nos estratos A1+A2+B1 deve corresponder a, no máximo, 50% dos periódicos em que a área publicou artigos nos dois últimos triênios (2007-2009 e 2010-2012).

De acordo com estes princípios, o Qualis-Periódicos da área de Nutrição ficou com o seguinte referencial, baseado no conjunto de periódicos em que todos os Programas pertencentes à área publicaram no triênio 2007-2009 e 2010-2012.

4. Estratificação

O QUALIS periódicos está dividido em 8 estratos, em ordem decrescente de importância e de valor do FI ou fator H.

Estrato A1

Periódicos indexados na base JCR com $FI \geq 3,283$ ou fator H da base SCIMAGO ≥ 87 .

Estrato A2

Periódicos indexados na base JCR com FI entre 2,471 e 3,281 ou fator H da base SCIMAGO entre 59 e 66.

Estrato B1

Periódicos indexados na base JCR com FI entre 1,065 e 2,470 ou fator H da base SCIMAGO entre 30 e 58.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Observação 1: A Revista de Nutrição ou *Brazilian Journal of Nutrition* (ISSN 1415-5273), classificada como Qualis B2, foi induzida ao estrato superior, B1 por sua representatividade na área.

Estrato B2

Periódicos indexados na base JCR com FI entre 0,001 e 1,064 ou fator H da base SCIMAGO entre 0 e 29.

Estrato B3

Periódicos indexados na base Scielo ou na base PubMed.

Estrato B4

Periódicos vinculados a alguma sociedade científica brasileira da área de Nutrição, indexados em outra base de dados, diferente da base Scielo-Br ou PubMed.

Estrato B5

Periódicos indexados em qualquer outra base de dados, diferente da base SciELO ou PubMed, não vinculados à qualquer sociedade científica brasileira da área de Nutrição.

Estrato C (sem ponderação). Periódicos considerados impróprios ou que não atendam aos critérios explicitados anteriormente e periódicos não indexados em nenhuma base.

5. Ponderação

Para cada artigo publicado serão atribuídos pontos segundo o estrato Qualis no qual o periódico foi classificado. Os pontos serão atribuídos da seguinte forma:

Estrato A1 = 100
Estrato A2 = 85
Estrato B1 = 70
Estrato B2 = 50
Estrato B3 = 30
Estrato B4 = 15
Estrato B5 = 10

Observação 1: O total de pontos por docentes e a sua correspondência com as notas atribuídas aos Programas serão estabelecidos na avaliação.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Observação 2: Para ajustar o princípio da qualidade da produção ao sistema de avaliação por pontos, foi necessário que os docentes e os Programas não obtenham a totalidade ou parcela substancial dos pontos necessários apenas com publicações de menor impacto e circulação. Assim, serão considerados, no máximo três produtos dos estratos B3, B4 e B5, por docente, no triênio.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

1. Definição de livro

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

2. Critério de seleção para qualificação

Serão consideradas, para efeito da avaliação e classificação apenas as obras integrais, os capítulos e as coletâneas de **caráter científico** (Quesito IV item 4.1 da ficha de avaliação). As obras integrais, capítulos e as coletâneas de caráter técnico serão computadas no item de produção técnica (4.3) e as obras integrais, capítulos e as coletâneas de caráter didático e de divulgação no item relativo ao impacto educacional/social do Programa (Quesito V item 5.1). Portanto, para esses casos (itens 4.3 e 5.1) não deve ser seguida a sistemática de avaliação dos livros científicos, objeto deste conjunto de critérios.

3. Instrumentos de avaliação

3.1 Identificação da obra

A ficha de identificação da obra deverá ser preenchida para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação pelo roteiro para Classificação de Livros. A ficha de identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica. As informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todos os livros a serem avaliados. Quando o docente ou discente do PPG for autor de capítulo de livro, os dados da Ficha de Identificação devem se referir ao livro ou coletânea no qual o capítulo foi publicado.

3.2 Avaliação dos aspectos formais

A ficha de avaliação do Livro deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame de suas características formais e de conteúdo pela Comissão possam permitir o correto preenchimento do instrumento.

3.3 Avaliação qualitativa

A avaliação qualitativa será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. Classificação e produção intelectual

A classificação dos livros e capítulos será feita em cinco classes. Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados.

Quadro 1. Conversão de pontos do Roteiro de Classificação de Livros - Integral, Nutrição. Avaliação trienal 2013

Pontuação atribuída na ficha de avaliação	Classificação Livro-Integral	Pontuação final
80-100	L4	240
60-79	L3	180
40-59	L2	120
20-39	L1	60
0-19	L0	0

Quadro 2. Conversão de pontos do Roteiro de Classificação de Livros -Coletânea (capítulo de Livros), Nutrição. Avaliação trienal 2010-2012.

Pontuação atribuída na ficha de avaliação	Classificação Livro-Coletânea	Pontuação final
80-100	L4	90
60-79	L3	60
40-59	L2	40
20-39	L1	15
0-19	L0	0

Avaliação qualitativa

Inovação

1. Originalidade na formulação do problema de investigação;
2. Caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados;

Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Relevância

1. Contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento;
2. Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Atualidade da temática;
4. Clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados;
5. Rigor científico (estrutura teórica);
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações;
7. Senso crítico no exame do material estudado;
8. Bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento;
9. Qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Potencialidade do impacto

1. Circulação e distribuição prevista;
2. Língua;
3. Reimpressão ou reedição;
4. Possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.

FICHA DE AVALIAÇÃO – LIVRO INTEGRAL

Somente será avaliado o livro que obtiver SIM em todos os três itens abaixo						
A obra é derivada de pesquisa científica?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
A obra conta com ISBN ou e-ISBN?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
A obra tem o mínimo de 50 páginas?		<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
1. INFORMAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO						
1.1. Instituição						
1.2. Programa de pós-graduação						
2. INFORMAÇÕES SOBRE O LIVRO INTEGRAL						
2.1. Título do livro						
2.2. Autor(es) do livro		Docente			Mestrando (M) Doutorando (D) Egresso (E)	Outros
		Permanente	Colaborador	Visitante		
Nome						
Nome						
Nome						
2.3. ISBN ou e-ISBN ou DOI						
2.4. Editora						
2.5. Ano da edição enviada						
2.6. Número total de páginas						
2.7. Ano da primeira edição						
2.8. Número da edição enviada						



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.9. Formato	() Impresso	() Eletrônico		
2.10. Se reedição, é revista ou ampliada	() Sim	() Não		
2.11. Conselho Editorial designado pela Editora e externo aos autores	() Sim	() Não		
2.12. Disponível on-line com acesso gratuito	() Sim	() Não		
ITENS DA AVALIAÇÃO		PONTOS	PONTUAÇÃO	
			AUTOR (opcional)	COMISSÃO CAPES
1. EDITORIA				
1.1. Tipo de editora	1.1.1. Ed brasileira universitária – filiada à ABEU	30		
	1.1.2. Ed brasileira universitária – não filiada à ABEU	20		
	1.1.3. Editora comercial	20		
	1.1.4. Ed comercial nacional com tradição (20 anos de fundação ou mais)	30		
	1.1.5. Ed universitária estrangeira	30		
	1.1.6. Ed universitária estrangeira com distribuição internacional e tradição	40		
	1.1.7. Ed comercial estrangeira	20		
	1.1.8. Ed comercial estrangeira com distribuição internacional e tradição	40		
	1.1.9. Outras editoras	10		
1.2. Disponível em Scielo Livros		5		
1.3. Conselho Editorial		20		
Subtotal Editoria		65		
2. Características adicionais				
2.1. Publicação em idioma estrangeiro		15		
2.2. Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais		5		
2.3. Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias		10		
Subtotal Características adicionais		30		
3. Vínculo ao campo científico				
3.1. Campo de conhecimento Alimentação e Nutrição		5		
Subtotal vínculo		5		
PONTUAÇÃO TOTAL		100		
4. Avaliação qualitativa	4.1. Relevância			



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	4.2. Inovação				
	4.3. Potencialidade do impacto				
FICHA DE AVALIAÇÃO – LIVRO COLETÂNEA					
Somente será avaliado o livro que obtiver SIM em todos os três itens abaixo					
A obra é derivada de pesquisa científica?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
A obra conta com ISBN ou e-ISBN?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
A obra tem o mínimo de 50 páginas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
1. INFORMAÇÕES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO					
1.1. Instituição					
1.2. Programa de pós-graduação					
1. INFORMAÇÕES SOBRE A COLETÂNEA					
1.1. Título da coletânea					
1.2. Organizador(es) da coletânea	Docente			Mestrando (M) Doutorando (D) Egresso (E)	Outros (O)
	Permanente	Colaborador	Visitante		
Nome					
Nome					
Nome					
1.3. ISBN ou e-ISBN ou DOI					
1.4. Editora					
1.5. Ano da edição enviada					
1.6. Número total de páginas					
1.7. Ano da primeira edição					
1.8. Número da edição enviada					
1.9. Formato	<input type="checkbox"/> Impresso		<input type="checkbox"/> Eletrônico		
1.10. Se reedição, é revista ou ampliada	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
1.11. Conselho Editorial designado pela Editora e externo aos autores	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
1.12. Disponível on-line com acesso gratuito	<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1. INFORMAÇÕES SOBRE CADA CAPÍTULO (*)						
1.1. Título do capítulo						
1.2. Autor(es) do capítulo		Docente			Mestrando Doutorando Egresso	Outros
		Permanente	Colaborador	Visitante		
Nome						
Nome						
Nome						
1.3. Páginas inicial e final						

(*) Repetir este item para cada capítulo a ser avaliado.

2. ITENS DA AVALIAÇÃO		PONTOS	PONTUAÇÃO	
			AUTOR (opcional)	COMISSÃO CAPES
4. Abrangência e diversidade institucional				
4.1	Diversidade institucional no corpo de autores (no mínimo, três instituições)	5		
4.2	Presença de diversidade regional no corpo de autores (no mínimo, três unidades da federação)	10		
4.3	Presença de autores com vínculo institucional no exterior (no mínimo, duas instituições)	15		
Subtotal Abrangência e diversidade institucional		30		
5. Editoria				
5.1. Tipo de editora	5.1.1. Ed brasileira universitária - filiada à ABEU	25		
	5.1.2. Ed brasileira universitária - não filiada à ABEU	15		
	5.1.3. Editora comercial	15		
	5.1.4. Ed comercial nacional com tradição (20 anos de fundação ou mais)	25		
	5.1.5. Ed universitária estrangeira	25		
	5.1.6. Ed universitária estrangeira com distribuição internacional e tradição	30		
	5.1.7. Ed comercial estrangeira	15		
	5.1.8. Ed comercial estrangeira com distribuição internacional e tradição	30		
	5.1.9. Outras editoras	10		



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5.2. Disponível em Scielo Livros	5		
5.3. Conselho Editorial	15		
Subtotal Editoria	50		
6. Características adicionais			
6.1. Publicação em idioma estrangeiro	2		
6.2. Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	2		
6.3. Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias	2		
6.4. Presença de capítulo analítico introdutório a coletânea	9		
Subtotal Características Adicionais	15		
7. Vínculo ao campo científico			
7.1. Campo de conhecimento Alimentação e Nutrição	5		
Subtotal vínculo	5		
PONTUAÇÃO TOTAL	100		
8. Avaliação qualitativa	8.1. Relevância		
	8.2. Inovação		
	8.3. Potencialidade do impacto		

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012		
MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	
1. Proposta do Programa	0%	
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular	40%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade dos Projetos de Pesquisa (PP) com as respectivas Linhas de Pesquisa (LP). 2. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade das LP com as respectivas áreas de concentração (AC). 3. Avaliar a adequação, a coerência e a quantidade das disciplinas oferecidas em relação às LP e AC. 4. Avaliar a consistência das ementas, assim como a coerência e a atualização das respectivas bibliografias. 5. Avaliar a presença de disciplinas de fundamentação teórica e metodológica. 6. Avaliar a presença de estratégias de formação didático-pedagógicas.
1.2 Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais. 2. Avaliar as propostas para enfrentar os desafios da área tanto em relação à formação quanto à produção de conhecimentos. 3. Avaliar as propostas de qualificação do corpo docente. 4. Avaliar o planejamento do Programa quanto a desenvolvimentos futuros.
1.3 Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a existência, a adequação e a suficiência de: <ol style="list-style-type: none"> a) Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses. b) Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos. c) Recursos de informática disponíveis

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		para alunos e docentes. d) Recursos próprios para a realização de suas atividades docentes e de orientação.
2. Corpo Docente	15%	
2.1 Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verificar se o corpo docente é composto por doutores com formação ou atuação na área. 2. Avaliar se as áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes são adequadas à Proposta do Programa (AC, LP e PP). 3. Avaliar se as áreas e a diversificação da formação do corpo docente são adequadas e não endógenas. 4. Avaliar o nível de experiência do corpo docente, inclusive sua projeção nacional e internacional. 5. Avaliar se o corpo docente tem atraído alunos para estágios pós-doutorais (quando aplicável). 6. Avaliar o percentual de docentes nas condições de visitantes em outras IES nacionais e internacionais, de consultores técnico-científicos de instituições públicas, privadas e órgãos de fomento; de consultores, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais.
2.2 Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.	30%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a atuação do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores. 2. Avaliar o tamanho (mínimo de 10 docentes permanentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, de pesquisa e de orientação em função das possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes. 3. Avaliar a adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		segundo o disposto na Portaria CAPES nº 02, de 4 de janeiro de 2012. 4. Avaliar se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes visitantes e colaboradores.
2.3 Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa.	30%	1. Avaliar se todos ou a maioria dos docentes participam das atividades de ensino, orientação e pesquisa de forma equilibrada.
2.4 Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	20%	1. Avaliar o envolvimento dos docentes em disciplinas e orientação de estudantes de graduação, sendo altamente valorizada a inserção de alunos em projetos de iniciação científica. Nas instituições sem ensino de graduação serão consideradas as atividades equivalentes nos cursos de especialização e residência médica.
2.5 Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsa de Produtividade, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc).	10%	1. Avaliar a capacidade dos docentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais) e de obter bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq ou equivalente.
3. Corpo Docente, Teses e Dissertações	35%	
3.1 Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente.	20%	1. Avaliar a proporção de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente (adequar os critérios quantitativos em relação aos novos docentes permanentes – aqueles que atuam há menos de três anos no Programa). 2. Avaliar a proporção de titulações em relação à dimensão do corpo docente
3.2 Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	20%	1. Avaliar a proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores, bem como a distribuição equitativa. Observações: O número de orientandos deve ser compatível com a experiência, produção

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>intelectual e disponibilidade do orientador.</p> <p>a. O indicador quantitativo diferenciará Programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado.</p> <p>A área de nutrição considera adequada uma relação de 1 a 4 alunos por orientador em cursos que só tenham mestrado, e de 3 a 8 alunos em cursos com mestrado e doutorado. Em casos excepcionais, a critério da comissão de avaliação estes números poderão ser ultrapassados, desde que devidamente justificados e baseado na produção científica do orientador. A existência de docentes sem nenhuma orientação durante todo o triênio implicará em diminuição do conceito neste quesito.</p>
3.3 Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a proporção de discentes e egresso autores (titulados nos últimos 5 anos) com publicações em coautoria com docentes do Programa em relação a dimensão do corpo discente. Em caso de publicação de discente ou egresso sem coautoria com um docente do Programa, o tema da publicação tem que obrigatoriamente estar relacionado à Tese ou dissertação do discente ou egresso. Este quesito avaliará a proporção de produção bibliográfica do Programa que tenham discentes ou egressos e também a proporção do corpo discente e egressos que publicaram no triênio. 2. Avaliar a produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, etc. 3. Qualificar a produção discente com base no Qualis-Periódicos e no Roteiro para Classificação de Livros da área.
3.4 Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar o tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e do doutorado (em torno de 24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<ol style="list-style-type: none"> 2. Avaliar a existência de bolsas de doutorado sanduíche. 3. Avaliar o fluxo de entrada e saída dos alunos no Programa.
4. Produção Intelectual	35%	
4.1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para quantificar a produção do Programa cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa são contabilizados apenas uma vez. Apenas a produção dos docentes permanentes será contabilizada. No numerador são somados os produtos e no denominador são considerados apenas os docentes permanentes levando em conta o tempo de participação de cada um durante o triênio. 2. Critérios de qualificação baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos por ocasião da avaliação trienal, tendo em vista os novos estratos do Qualis- Periódicos e da Classificação de Livros.
4.2 Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para a análise da distribuição da produção será contabilizada a produção de cada docente permanente, sem descontar os artigos ou outros produtos em coautoria com outros docentes do Programa. Estes produtos podem ser contabilizados na forma de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros qualificados segundos os respectivos instrumentos de classificação. Pelo menos 80% dos docentes devem alcançar determinado patamar de pontuação compatível com o perfil de nota. 2. Critérios de qualificação baseados na ponderação obtida e em pontos de corte a serem estabelecidos por ocasião da avaliação trienal.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>4.3 Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>20%</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Neste item serão consideradas as produções técnicas do corpo docente permanente incluindo documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico. 2. Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde. 3. Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área. 4. Elaboração de normas, protocolos e Programas de saúde e nutrição. 5. Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde e nutricionais. 6. Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde e nutrição.
<p>5. Inserção Social 15%</p>		
<p>5.1 Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.</p>	<p>30%</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; geração pelo Programa de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio. 2. Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento; 3. Impacto tecnológico/econômico: contribuição para o desenvolvimento

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		micro regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos.
5.2 Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionado à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	50%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em Programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP. 2. Estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre Programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa. 3. Número efetivo de docentes e discentes do Programa analisado com atividades em outros Programas. 4. Número efetivo de discentes e docentes de outros Programas com atividades no Programa analisado. 5. Participação de docentes do Programa em redes de pesquisa interinstitucionais. 6. Publicações conjuntas de docentes do Programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa. 7. Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área. 8. Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.
5.3 Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.	20%	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc. 2. Garantia de amplo acesso a Teses e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Dissertações, pela Web, conforme a Portaria Capes nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.
MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1. Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	-Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	-Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	-Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	-Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.
2. Corpo Docente	20%	
2.1 Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	-Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional).</p> <p>-Examinar se o Corpo Docente atua em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>
2.2 Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<p>-Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>-Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>-Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no Programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”.</p>
2.3 Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	-Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do Programa entre os Docentes Permanentes.
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	25%	
3.1 Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do Programa.	40%	<p>-Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>-Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do Programa.
3.2 Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	-Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. -Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3 Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	-Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	35%	
4.1 Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	20%	-Examinar o número total de publicações do Programa no triênio.
4.2 Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	-Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras. a) Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). b) Artigos publicados em periódicos técnicos. c) Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. d) Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. e) Elaboração de protocolos, normas ou Programas. f) Consultoria ou assessoria técnica. g) Produtos técnicos. h) Protótipos. i) Patentes. j) Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3 Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	-Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do Programa.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.4 Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do Programa.	30%	-Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do Programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1 Impacto do Programa	35%	<p>-Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>-Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
<p>5.2 Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>-Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3 Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>-Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região;</p> <p>-Examinar a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		-Examinar a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	-Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. -Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006).

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Internacionalização do programa: os programas devem demonstrar seu grau de internacionalização por meio dos seguintes indicadores:

1. Convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa;
2. Intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre as partes;
3. Participação em bancas no exterior;
4. Produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros;
5. Participação de docentes em editoria e *peer review* de artigos de revistas internacionais;
6. Publicação de periódicos em língua estrangeira e com inserção internacional;
7. Projetos de cooperação internacional, inclusive na América do Sul;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

8. Participação em editais internacionais;
9. Grau de inserção internacional do PPG para formação de recursos humanos para países na África, América Latina etc.
10. Expansão do pós doutoramento internacional;
11. Estímulo a doutorado sanduiche que traga produção vinculada a temas internacionais;
12. Cotutela;
13. Dupla titulação com programas de Pós-Graduação de referência no exterior;
14. Atração e orientação de estudantes estrangeiros, de pesquisadores e estudantes de posdoc;
15. Participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais;
16. Participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes;
17. Prêmios e reconhecimento de nível internacional;
18. Conferências e palestras no exterior;
19. Cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa;
20. Docentes com treinamento de pós-doutorado em programas de IES estrangeiras;
21. Participação em diretorias de associações científicas internacionais;
22. Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
23. Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

Para a **atribuição das notas 6 ou 7** além do critério de internacionalização são considerados:

Liderança na área com base nos indicadores:

- a. Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
- b. Proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais;
- c. Premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
- d. Proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais;
- e. Participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação ou ciência e tecnologia.

Nucleação: os programas devem demonstrar a participação de egressos com base nos seguintes indicadores:

- a. Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- b. Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - c. Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - d. Ter efetivamente contribuído para a criação de outras pós-graduações no País.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Diretoria de Avaliação



COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TRIENAL 2013 Nutrição

Nome	IES	
GILBERTO KAC	UFRJ	Coordenador
EGLE MACHADO DE ALMEIDA SIQUEIRA	UNB	Coordenador adjunto
SANDRA MARIA CHAVES DOS SANTOS	UFBA	Coordenador adjunto mestrado profissional
ADRIANO EDUARDO LIMA DA SILVA	UFAL	
ANA MARLUCIA DE OLIVEIRA	UFBA	
EGBERTO GASPAR DE MOURA	UERJ	
FRANCISCO DE ASSIS GUEDES DE VASCONCELOS	UFSC	
JOSEFINA BRESSAN	UFV	